

Prefácio

ETNOGRAFIA COMO INSTRUMENTO DE LUTA

A presente obra é uma coletânea de uma transição bastante complexa, em que estão em jogo grandes decisões geopolíticas e atos de forças antagônicas sobre os meios técnicos de controle das políticas ditas de desenvolvimento e seus impactos sobre a vida social. Enquanto determinadas forças se posicionam com o objetivo de evitar maiores catástrofes e tragédias globais — enfatizando o primado da sustentabilidade no uso de recursos hídricos, florestais, do solo e do subsolo, e se empenhando na garantia de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, que historicamente os conservam —, outras forças se dispõem num sentido contrário. Objetivam manter sua hegemonia, agravando tais acontecimentos desastrosos. Através de sucessivas ações autoritárias de uso intensivo de fontes de energia fósseis, visam a se apropriarem, a todo custo, das regiões de tal incidência. Para tanto, violam dispositivos jurídicos, banalizando práticas genocidas¹ de eliminação física e de devastação de territórios e de países inteiros e seus respectivos povos. A violência brutal que orienta tais práticas é incorporada ao processo produtivo em regiões consideradas de fronteira étnica

1 Consulte-se a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, concluída em Paris, França, em 11 de dezembro de 1948, durante a realização da II Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. No caso brasileiro, essa convenção foi promulgada menos de cinco anos depois, pelo Decreto n. 30.822, de 6 de maio de 1952. Vide: JUCÁ, Felipe P. Práticas genocidas na Amazônia. *INFOPanamazônico*, São Luís, n. 15, 2025.

e naquelas com incidência de minerais considerados estratégicos. Nessas regiões são acionadas tecnologias de destruição e dispositivos bélicos numa velocidade assustadora e num volume de danos absolutamente devastador, arrasando grandes e pequenas cidades, arruinando obras de infraestrutura e refúgios da população civil, impondo deslocamentos forçados e massivos de população, e assassinando mais de uma centena de milhar de pessoas em poucos meses. Essa capacidade de violência funesta mostra-se rapidíssima e capaz de produzir contusão e sofrimentos coletivos mediante a extensão dos seus efeitos. Uma dramática paisagem de guerra alcança vastas regiões e uma pluralidade de unidades sociais (povos, comunidades, tribos, grupos), com amplas repercussões midiáticas. Tais repercussões propiciam meios para que semelhantes atrocidades sejam visualizadas de modo transparente e descritas, principalmente pelo jornalismo científico, no próprio momento de sua ocorrência, com abundância de detalhes, numa espécie de mímica impressionista das realidades locais apoiada em fotografias, vídeos e publicações digitais em áudio e vídeo, com atualizações frequentes. A rapidez de execução das medidas arbitrárias, conjugada com visibilidade e repercussão públicas, faculta condições de possibilidades para um vívido contraste com atrocidades que as armadas colonialistas demoraram décadas para executar.

Face à tragicidade desta transição ainda indefinida e seus impactos diretos, verifica-se que são muitas as dificuldades para uma compreensão aprofundada das condições sociais e institucionais de reconhecimento das mobilizações políticas ora observadas. A emergência destes novos e difíceis problemas torna evidente que não se trata de problemas da natureza, nem das denominadas “mudanças climáticas” em si mesmas. Pode-se afirmar que não são ações sem sujeito, uma vez que possuem evidente autoria, consistindo em resultados de medidas adotadas por planejadores econômicos, artífices da economia globalizada desde as duas últimas décadas do século passado. A diferença, entretanto, é que agora tais problemas emergiram com extrema gravidade na ordem do dia internacional, num momento em que a magnitude das devastações aumenta, e as agências multilaterais

se defrontam com uma preocupante proximidade, a curtíssimo prazo, da escassez de fontes de energia não renováveis. No caso específico da Amazônia, cuja determinação de existência integra a nomeação desta coletânea, as diversas interpretações não necessariamente catastrofistas apontam para uma sequência de acontecimentos calamitosos, que delineiam uma situação-limite. Assim é que se colocam debates sobre como produzir etnografias na imediaticidade da ocorrência destes fenômenos observados e como analisar as mobilizações anteriores à COP30, tornadas objeto desta coletânea, bem como incorporar uma ordem de fatos imediatamente posteriores a ela que aqui irei mencionar. Encontram-se implícitos nesta proposição, submetida certamente a uma análise crítica, pelo menos dois riscos: i) incidir numa perspectiva manualesca, preconizando normas de como deve ser elaborada a etnografia das mobilizações; ii) empregar as noções de mobilização e movimento social somente num plano descritivo.

Uma pergunta recorrente, entre os estudiosos do tema, é se as mobilizações, enquanto ações coletivas convertidas em movimentos sociais, poderiam ser lidas como em continuidade com o processo das intensas mobilizações do período pandêmico de 2020 a 2024. Tentativas de prontas respostas assinalam que ambas as situações sociais, não obstante suas diferenças, remetem a problemas globais e, portanto, poderiam ser aproximadas.

Na pandemia floresceram mobilizações voltadas para a organização da defesa do território e das formas de acesso a eles com o uso de barreiras e cancelas sob o seguinte ditado: “Quem está fora não entra, e quem está dentro não sai”. Este deslocamento provocou uma maior interiorização das unidades residenciais, implicando um conhecimento mais pormenorizado dos acidentes geográficos e possibilitando facilidades para estabelecer as linhas de vigilância e defesa do território. No transcorrer da pandemia, as mobilizações concretizavam medidas para assegurar os direitos territoriais e de defesa física das terras indígenas. O território, por meio do monitoramento ostensivo, consistiu num refúgio e simultaneamente num lugar inviolável, reforçando a consciência étnica e a identidade coletiva dela decorrente.

As mobilizações assumiram formas de coesão social, enfatizando laços associativos e produzindo condições para vigência da própria designação de movimento social. Esta noção de movimento social não descreve, entretanto, uma parte da realidade, que corresponde principalmente a um componente específico de ir construindo a realidade social do território. As mobilizações políticas que lhe concernem assinalam novas modalidades de ação e novas formas político-organizativas. O fato de a COP30 ter sido realizada na Amazônia e salientado problemas a ela intrínsecos foi tratado pelos negociadores da “zona azul” como uma adaptação às condições reais. Essa ilusão de conhecimento objetivo da realidade implicou o fato de mobilizações indígenas e suas reivindicações terem se constituído em um fato surpreendente para os planejadores econômicos e sobretudo para os organizadores do evento.

A imagem da Amazônia através do meio físico e de uma visão hiperbólica de seus recursos, cunhada historicamente pelos planejadores econômicos — a partir do que definem como “pujança e riqueza de seu quadro natural”, com abundantes recursos hídricos, florestais e do solo —, teria sido apresentada como um lugar ideal para a COP30, superando qualquer ideia de escassez e ao mesmo tempo enfatizando a sustentabilidade. Os planejadores ignoraram, todavia, a capacidade mobilizatória das unidades sociais etnicamente configuradas que prevalecem na Pan-Amazônia, em especial os povos indígenas. Eles ficaram assustados e reforçaram os esquemas de segurança diante da intensidade das mobilizações indígenas, bem como dos demais povos e comunidades tradicionais. Tais mobilizações, enquanto ações político-organizativas de movimentos sociais em articulação, questionaram não apenas as pautas oficialmente instituídas, mas também a própria delimitação e hierarquia dos espaços físicos de participação, traçadas severamente pelos organizadores. As zonas instituídas separavam de maneira rígida as diversas possibilidades de circulação de pessoas, segundo designações cromáticas. A denominada “zona azul”, que representava o centro de poder onde as principais decisões eram tomadas, possuía um portal de controle e disciplinava o acesso restrito a ela.

Foi justamente contra este posto de vigilância e controle do acesso que os movimentos indígenas de toda a Pan-Amazônia se colocaram no início da COP30, buscando derrubar “guaritas” e entrando em confronto direto com forças policiais e de segurança privada.

Pode-se afirmar, nesta ordem, que a COP30 consolidou um processo ascendente e singular de mobilizações indígenas de diferentes etnias, capitaneando inclusive extrativistas da castanha, do babaçu e da seringa, bem como ribeirinhos, pescadores artesanais, peconheiros, piaçabeiros e integrantes de diversos movimentos (feministas, ecológicos, negros, pessoas de autonomia regional, indivíduos contra experiências nucleares e ativistas de direitos civis, por exemplo). Semelhante modalidade de mobilização interétnica e entre diferentes identidades coletivas consistiu numa “novidade” mediante uma modalidade de evento na qual usualmente não se questionam os atos de organizadores. Através das mobilizações de recursos materiais e simbólicos — englobando oportunidades, estratégias e modos de comunicação, fazendo a publicização de sequências cerimoniais, bem como cantos, danças e uma variedade imensa de rituais de passagem e expressões linguísticas —, os povos indígenas delinearão novas formas político-organizativas.

Na passagem de mobilizações isoladas para movimentos sociais e de mobilizações através destes movimentos, pode-se recorrer a E. Hobsbawm com seu conceito “novos movimentos sociais”. Todavia, para estas outras passagens que agora estamos observando, poderíamos estudar a possibilidade de adotar outras expressões discutindo o que aparentam ser “novíssimas formas de mobilização” e “novíssimos movimentos sociais”, porquanto transcendem os critérios assinalados por Hobsbawm ao incidirem numa função cosmopolita e transnacional, que remete a relações de poder, num plano internacional, e a determinados efeitos organizativos ora registrados.

Uma resultante destas mobilizações durante a COP30 refere-se, portanto, ao aprofundamento de uma consciência organizacional, interétnica e transnacional, cosmopolita sem abrir mão do fator “local” ou das realidades localizadas. De pronto, estamos diante de mobilizações interétnicas e transnacionais e não apenas de indígenas,

mas também de outros povos da Pan-Amazônia, que abrangem nove países e outros continentes. Esse fator de aglutinação colocou ainda em pauta uma forma de mobilização relacionada com as nacionalidades e com o chamado Estado nacional. A relação entre nação e etnia diluiu-se circunstancialmente em sucessivas mobilizações nas várias zonas, circunscrevendo um projeto pluriétnico e multilateral simbolizado pelas faixas, pelas palavras de ordem e pelas práticas no corpo a corpo no decorrer das pressões sobre a “guarita” da “zona azul”.

Em contraste com essas mobilizações, cabe compreender as diferentes bases físicas das experiências concretas dos movimentos sociais, tanto pela reafirmação dos direitos territoriais quanto pela demarcação e desintrusão de suas terras tradicionalmente ocupadas. O questionamento de autoridades e os episódios sucessivos de violações do primado de soberania, imediatamente após a COP30, evidenciaram uma situação de instabilidade social, em especial no Caribe e na América do Sul. Tornou-se diáfano o entendimento de que a noção de soberania está atrelada ao exercício do controle sobre territórios e sobre a mortalidade, definindo a vida como uma manifestação de poder.² As ações autoritárias e unilaterais de uma potência que imagina uma perpetuação de sua hegemonia produzem uma instabilidade global e nublaram os efeitos da COP30.

Em decorrência disso, tem-se, em contrapartida, uma fecunda iniciativa de construir socialmente uma rede de movimentos sociais e instituições acadêmicas abrangendo toda a Pan-Amazônia, numa perspectiva que transcende a uma região ou etnia específica e que adota o multilateralismo como uma perspectiva de futuro. Ao

2 Refiro-me aqui aos bloqueios militares e navais de Venezuela e Cuba, à invasão militar da Venezuela, com registro de dezenas de assassinatos e com o sequestro de seu Presidente da República, que está sendo mantido em cárcere no país invasor, além da apropriação ilegal de seus recursos naturais, como petróleo e gás; e também às ameaças à Colômbia e ao Brasil num desrespeito flagrante ao princípio da soberania nacional. No caso brasileiro o governo dos EUA invocou como “direitos históricos” os usos militares dos aeroportos de Natal e de Fernando de Noronha.

chamar a atenção para as pesquisas etnográficas relacionadas com o fenômeno das formas de mobilização social na Amazônia, este livro ora apresentado reforça tal perspectiva. Em virtude de tal escolha teórica, esta coletânea se coloca na ordem do dia dos temas e problemas enfatizados pelos diferentes povos e comunidades da Amazônia, além de legitimar os processos reais aqui transformados em objetos de investigação de pesquisadores ligados a instituições superiores de ensino e pesquisa.

Boa leitura!

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA

*Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia,
Universidade Estadual do Maranhão e Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado
do Amazonas, Brasil, Pesquisador CNPq*

E-MAIL: pncaa.uea@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4039-9111>